

1 **ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA**
2 **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO**
3 **UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro,
4 às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se de forma presencial a Comissão de Orçamento e
5 Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do
6 senhor Thiago Baldini da Silva, Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria de
7 Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: Célio Hiratuka, Cesar José Bonjuani
8 Pagan, Hernandes Faustino de Carvalho, José Luis Pio Romera, Ricardo Miranda Martins e
9 Verónica Andrea González-López. Justificaram ausência à Sessão os seguintes membros:
10 Dirceu Noriler; Marisa Masumi Beppu, sendo substituída pela professora Verónica Andrea
11 González-López; e Kethlyn Kethriny da Costa Brito. Havendo número legal, o SENHOR
12 PRESIDENTE dá início à 167ª Sessão, submetendo à apreciação a Ata da Sessão 166ª, realizada
13 em 25 de abril de 2024. Consulta se há alguma observação. Não havendo, submete à votação a
14 referida ata, que é aprovada com 01 abstenção. A Ordem do Dia contém 01 item, com duas
15 partes: o reajuste salarial de 5%, que foi tratado dentro do Cruesp e negociado junto ao Fórum
16 das Seis, e a proposta de aumento do Vale-Refeição em 11%, que está agora completando um
17 ano de contrato, a partir de 1ª de junho. Lembra alguns números que têm tratado bastante aqui
18 na COP: depois da primeira revisão, trabalham com uma arrecadação de R\$154 bilhões, o que
19 dava uma previsão com as receitas e as despesas de um déficit da ordem de R\$346 milhões. A
20 evolução das receitas no primeiro quadrimestre aponta para um crescimento aproximado,
21 comparado com o período de 2023, da ordem de 12,1%. Se essa tendência se mantivesse,
22 evidentemente o patamar não seria mais de R\$154 bilhões, chegariam próximos de R\$160
23 bilhões. Continuam aqui trabalhando com uma ideia de R\$157 bilhões, porque o próprio
24 governo já sinalizou que em maio a arrecadação não vai ser de R\$13,7 bilhões, como em abril,
25 mas R\$12,7 bilhões, R\$1 bilhão a menos para maio. Então devem aguardar para ver como se
26 dá essa evolução. Mesmo que trabalhem com um cenário bastante otimista de R\$160 bilhões,
27 isso ainda seria insuficiente para projetar um equilíbrio do orçamento, então houve nas
28 negociações e na tomada de decisão bastante responsabilidade em relação aos itens em pauta.
29 A proposta de 5% de reajuste cobre integralmente a inflação IPC do período, que é de 2,77%,
30 portanto há um ganho real e foi mantido o poder aquisitivo desde abril de 2018, até com um
31 pequeno ganho real. Em relação ao reajuste do VR, diz que o IPC dos alimentos está rodando
32 em torno de 3,5%, portanto o reajuste de quase 11% é um ganho real sobre a inflação de
33 alimentos. No exercício 2024, portanto nos próximos seis meses, esses reajustes representam
34 uma variação nas despesas da Universidade de R\$87,8 milhões, no caso do salário, e R\$4,5
35 milhões no caso do VR. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA reforça que o reajuste
36 apresenta um ganho real para a comunidade. A proposta de reajuste para o VR é de uma
37 atualização de valor de R\$36 para R\$40 por dia trabalhado, mantendo a mesma participação
38 dos funcionários de 5%, passando o ganho real que hoje é de R\$34,20 para R\$38 por dia
39 trabalhado. Caso aprovado no Consu, no dia 3 de junho o VR cai com o valor sem reajuste, em
40 razão de não haver tempo hábil de fazer o termo aditivo no contrato, mas ainda durante o mês

1 de junho será feito o acerto para o novo valor. Juntando o reajuste do salário e do VR, o aumento
2 de despesas é de R\$92,3 milhões. Na primeira revisão, já possuíam o valor de R\$74,6 milhões
3 em reserva de contingência, no Grupo VIII - Projeto Especiais, para reajuste, porque desde a
4 proposta orçamentária já vêm imaginando que o reajuste da data-base ficaria em torno dos 3%.
5 Como esse valor foi a mais, e já pensando que, apesar da recuperação do ICMS, isso não será
6 suficiente para cobrir todo o déficit, estão propondo um remanejamento de R\$17 milhões do
7 Programa de Desenvolvimento das Carreiras, de progressão e contratação, para a folha salarial.
8 Dessa forma, o aumento de R\$92 milhões no pessoal acaba sendo de R\$74,5 milhões e um
9 rearranjo de despesas de R\$17,7 milhões. Dessa forma, mantêm as despesas totais e o déficit
10 da Universidade no mesmo patamar. O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que na
11 negociação do Fórum das Seis com o Cruesp fez uma proposta pelo sindicato de uma nova
12 negociação até o final do mês. Não foi aceita pelo presidente do Cruesp, que deu por encerrada
13 a negociação, mas do ponto de vista do Fórum das Seis, o 5% é insuficiente, bem aquém da
14 reivindicação, que era 10% em maio e continuidade da negociação com 6,6% em outubro para
15 retornar ao poder aquisitivo de maio de 2012. Houve uma decisão unilateral do Cruesp e, por
16 conta disso, o Fórum das Seis está indicando greve às categorias. A assembleia do STU votou
17 em paralisação no dia do Consu e indicativo de greve, aprovado pelo Fórum das Seis, no dia 3
18 de junho. A assembleia da ADunicamp também deliberou pelo indicativo de greve, então o
19 Fórum das Seis não encerrou a data-base, os reitores decidiram encerrar unilateralmente, e a
20 justificativa dada pelo presidente do Cruesp, professor Carlotti, foram os déficits da Unesp e
21 Unicamp. A avaliação tanto dos técnicos do Cruesp quanto do Fórum das Seis na reunião
22 técnica é que, de fato, a arrecadação vai ultrapassar os R\$157 bilhões. O governo está acabando
23 com as desonerações que estão na LDO e vai haver um aumento de receita de R\$15 bilhões no
24 Estado, então, com certeza, a arrecadação será maior até do que os R\$160 bilhões. Declara que
25 vai se abster da votação, solicitando a continuidade da negociação, porque há espaço. Todo
26 início de ano há déficit, mas precisam olhar o déficit no final do ano, sendo que na sua opinião
27 não vai ter nem déficit este ano. As universidades estão fora do decreto dos cortes, pelo menos
28 até o presente momento, mas precisam continuar defendendo a Fapesp. O Fórum das Seis
29 propõe emendas à LDO para aumentar o percentual das universidades na arrecadação de ICMS
30 e vão começar a discutir também a proposta de alteração em relação à reforma tributária. A
31 Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que há uma necessidade iminente
32 de que continuem as negociações, pois aparentemente não houve uma harmonia, que sabem
33 que não é fácil atingir. Não se sentiria confortável em votar contra um reajuste tão necessário
34 para muitos docentes e funcionários, um dinheiro que faz falta para cada um. Vê como uma
35 sinalização positiva os 5% e também o reajuste do VR, mas há um sacrifício para isso, uma vez
36 que esse valor sai do programa de desenvolvimento das carreiras, que é um tópico muito
37 importante para ela, pois acha que a Universidade precisa trabalhar com base nisso. Pergunta
38 se há espaço para rever isso e para mais negociação, e declara que votará favoravelmente a esse
39 primeiro passo. O Professor RICARDO MIRANDA MARTINS diz que a solicitação do Fórum
40 das Seis é muito bem justificada, mas é complicado no orçamento de um ano conseguir

1 recuperar perdas que levaram muitos anos para acontecer. Considerando que o dissídio é
2 discutido a cada ano, acha que conseguem com esses 5% ficar acima da inflação do período. O
3 reajuste do vale-refeição, que está em 11%, é de mais ou menos o dobro da inflação
4 correspondente à alimentação fora de casa no período, o que é bastante interessante, portanto
5 de forma geral devem comemorar. O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que cenário do ano
6 passado era muito pior e teve 10,51% de reajuste; as universidades estaduais paulistas deixaram
7 de receber quase R\$700 milhões por conta da lei complementar 192. Querem os 5%, mas
8 querem ir além, pois há muito mais espaço este ano do que havia ano passado. O SENHOR
9 PRESIDENTE diz que sempre estão trabalhando aqui com cenários, e podem dar a eles o viés
10 para o qual desejam olhar. Em 2023, registraram um déficit de R\$46 milhões, sendo que haviam
11 começado o ano com uma projeção de déficit muito maior. No entanto, também não
12 conseguiram realizar em 2023 o que pretendiam em termos de contratação docente, pois a Alesp
13 não tinha ainda aprovado a regularização do número de cargos, que agora foi submetida, e com
14 isso esperam poder fazer essas contratações no segundo semestre de 2024. Também não podiam
15 realizar contratação de funcionários porque ainda não tinham homologado o concurso de nível
16 médio e ainda não homologaram o concurso de nível superior. O de médio deve ser homologado
17 a partir de junho, portanto possuem a expectativa de realizar grande parte das despesas
18 projetadas na PDO para 2024. Lembra que nas negociações de 2023, o Fórum das Seis projetava
19 arrecadação de R\$154 bilhões, os mais pessimistas falavam em R\$150 bilhões, mas ela fechou
20 em R\$144 bilhões, R\$10 bilhões a menos. Torce muito para que a arrecadação seja maior, pelo
21 menos para fecharem o ano com equilíbrio entre receitas e despesas. Na PDO já se admitia um
22 crescimento de 7% sobre 2023, embutindo a inflação de 3%, e a diferença era o crescimento
23 projetado; estão fazendo até um desafio maior, na direção de assumir mais do que os 3%, estão
24 indo a 5%. E observa que são duas inflações diferentes: este ano foi 2,77%, e colocaram 5%;
25 ano passado foi 10,51% de reajuste para uma inflação de 7,5%. Tanto lá quanto cá, houve um
26 ganho real muito proporcional. Estão sendo bastante realistas em relação às receitas e às
27 despesas, e esperam executar o orçamento; todos sabem que o maior investimento na
28 Universidade é a contratação de profissionais, o investimento do ponto de vista de manter o
29 poder aquisitivo, e realizar a progressão, mantendo sempre esses três eixos equilibrados.
30 Assumir qualquer despesa permanente em cima de uma previsão de receita seria uma
31 irresponsabilidade fiscal, mas não se pode dizer que não há um esforço de manter o salário,
32 repondo inflação desde 2018, e reajustando o vale-refeição acima da inflação de alimentos. E
33 lembra ainda que já colocaram na Carreira Paepe R\$65 milhões de progressão, e na carreira
34 docente R\$25 milhões de progressão, que são recursos permanentes, porque ficam no salário,
35 então tudo isso tem que ser feito com muito bom senso, com muito critério. E se tudo der certo,
36 haverá a aprovação da Alesp e terão os cargos necessários para iniciar uma nova distribuição
37 de vagas. Não havendo mais observações, submete à votação o reajuste de 5% dos salários, a
38 partir de 1º de maio, que é aprovado com 05 votos favoráveis e 01 abstenção. Em seguida,
39 submete à votação o reajuste de 11% do vale-refeição, a partir de 1º de junho, que é aprovado
40 por unanimidade. O senhor JOSÉ LUIS PIO ROMERA declara que se absteve da votação em

1 função da reabertura da negociação e por haver espaço para ter um reajuste de 10% agora em
2 maio. Em seguida, o SENHOR PRESIDENTE passa a palavra aos membros que desejem se
3 manifestar no Expediente. O Professor CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que o senhor
4 José Luis comentou a notícia de que as universidades ficaram fora do pacote do estado. Pergunta
5 se a Mesa tem algum informe se esse compromisso do governo de recuar nessa posição está
6 firme, se as três universidades terão realmente os 9,57% só para elas. O SENHOR
7 PRESIDENTE diz que é difícil dar uma resposta, mas houve uma reação instantânea do Cruesp
8 e da sociedade, de forma geral, em relação à proposta que estava encaminhada de acrescentar
9 dentro dos 9,57% outras três universidades, a Univesp e as Faculdades de Medicina de Marília
10 e de Rio Preto, cuja receita projetada para 2024 é em torno de R\$350 milhões, somando as três.
11 O recuo foi praticamente imediato diante dessa reação, e não foram só os reitores, mais gente
12 se manifestou, os sindicatos se manifestaram, houve também apoio da sociedade, de uma forma
13 geral, inclusive empresarial, que se repetiu no caso da Fapesp. Houve notas de oposição da
14 Fiesp, de outras entidades empresariais, dos sindicatos, das universidades, da comunidade. Uma
15 das ações que têm encaminhado é levar a posição de que, em relação ao financiamento das
16 universidades, houvesse a constitucionalização, ou seja, jogar para dentro da Constituição
17 Paulista, deixando de ser apenas um decreto, e portanto uma lei orçamentária, ano a ano, mas
18 que pudesse constar como lei, como é o caso da Fapesp, e também a mudança da base tributária.
19 Já há estudos mostrando qual poderia ser uma alíquota que permitisse manter relativamente
20 constante a arrecadação dentro do IBS, ou dessa transição do ICMS para o IBS, e novamente
21 ficariam mais próximos do que é a Fapesp, que 1% é sobre a base total tributária e não apenas
22 o ICMS. São muitas variáveis que não controlam, então ter uma posição neste momento é muito
23 difícil. Suas ações eram na direção de buscar uma segurança jurídica, achando que estar na
24 Constituição de São Paulo os protegia, mas o caso da Fapesp mostra que não, nem isso os
25 protege. Isso é uma vontade política, e sabem que hoje não possuem uma Assembleia que vê
26 com bons olhos a universidade pública e algumas coisas que para quem está dentro dela
27 parecem um consenso, que são a importância da inovação, a importância da ciência. Há um
28 negacionismo muito claro em algumas forças políticas que são significativas dentro da Alesp,
29 então o risco existe o tempo inteiro. Torcem para que pelo menos a regularização dos cargos da
30 Unicamp ocorra ainda este ano, mas mesmo nisso não têm certeza de qual vai ser a posição. É
31 lógico que contam também com outras forças dentro da Assembleia em apoio às universidades,
32 e observa que a situação das federais é muito mais difícil que a das paulistas, mesmo que eles
33 estejam conversando com um governo progressista. A Universidade tem que fazer essa ponte
34 com a sociedade, ela não pode viver de uma forma corporativa. Ela precisa justificar para a
35 sociedade o porquê existe e em que é útil para a sociedade. No caso específico da Unicamp, o
36 HC tem um papel importante na assistência e teve um papel de destaque na pandemia, mas tudo
37 isso são coisas em que se ganha no momento um apoio da sociedade, mas é fácil perder essas
38 pontes, então a conversa precisa ser permanente. Quando fazem o apelo por bom senso, por
39 equilíbrio, é isso; ninguém está dizendo que as demandas não são legítimas, e se pudessem,
40 com o orçamento que se tem, com o apoio que se tem na sociedade, fariam uma recuperação

1 do que foi o pico em termos de poder aquisitivo, em 2012. Cada 1% de aumento representa
2 R\$30 milhões de impacto para a Universidade, então 17% representariam R\$510 milhões
3 permanentes, e assim esgotariam a reserva em dois anos, isso se não houver nenhum outro
4 sobressalto. Mas é muito boa a discussão, acha que o Fórum das Seis junto com o Cruesp têm
5 sempre cada um que mostrar as suas posições. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques
6 da Costa, redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores Membros da
7 Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 23 de maio de
8 2024.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **168ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO**, realizada em 27 de junho de 2024, sem alterações.*